



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação Profissional.

FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇOS SOCIAL E OS DESAFIOS POSTOS AO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO IFCE CAMPUS IGUATU

RENATA LÍGIA RUFINO NEVES DE SOUZA¹
MICHELE RIBEIRO DE OLIVEIRA²

Resumo: Este artigo tem como proposta fazer uma análise dos aspectos sócio históricos da formação profissional em Serviço Social, com ênfase nas Diretrizes Curriculares de 1996 e a concepção de estágio contida neste documento. Nesse percurso, analisa os fundamentos, controvérsias e os desafios postos não só para o estágio supervisionado, mas para a formação profissional do assistente social no Brasil. Assim, como busca refletir sobre os desafios e avanços ocorridos no desenvolvimento da Política de Estágio do IFCE- Iguatu.

Palavras-chave: Formação profissional; Estágio supervisionado; Serviço social.

Abstract: This article proposes an analysis of the socio-historical aspects of professional training in Social Work, with emphasis on the 1996 Curriculum Guidelines and the stage conception contained in this document. In this course, it analyzes the fundamentals, controversies and challenges posed not only for the supervised internship but also for the professional training of the social worker in Brazil. Thus, as it seeks to reflect on the challenges and advances that have occurred in the development of the IFCE-Iguatu

Internship Policy. Keywords: Vocational training; Supervised internship; Social service.

1. INTRODUÇÃO

Na perspectiva de compreendermos a formação profissional de forma mais detalhada, se faz necessário traçarmos uma trajetória sócio histórica do Serviço Social, considerando a sua inserção na divisão social e técnica do trabalho e sua emersão na sociedade brasileira. O entendimento da funcionalidade de tal profissão na sociedade “tardo burguesa” é preponderante para apreender os primórdios da formação profissional em Serviço Social e a

¹ Professor com Formação em Serviço Social. Instituto Federal de Educação do Ceará. E-mail:<renataneves.as@gmail.com>

² Professor com Formação em Serviço Social. Instituto Federal de Educação do Ceará

sua vinculação com a Igreja Católica. Abordando esse assunto, Silva e Silva (1995, p. 73) afirma que,

[...] a formação profissional é entendida como processo dialético, portanto aberto, dinâmico, permanente, incorporando as contradições decorrentes da inserção da profissão e dos profissionais na própria sociedade. [...] falar de formação implica acompanhar a dinâmica da sociedade e a trajetória histórica do próprio Serviço Social, procurando entender os condicionamentos que a sociedade impõe sobre a prática profissional.

Como afirma Marx³ à reprodução do capital não é apenas material, mas também ideológica e, portanto, no interior desse projeto de maior controle social da reprodução social que e se fará necessário, no âmbito da divisão social e técnica do trabalho, o surgimento de diversas profissões que atuem no controle social da classe trabalhadora, daí emerge o Serviço Social.

Concorda-se com Iamamoto e Carvalho (2006, p. 111) ao afirmarem que:

O exercício profissional do Assistente Social, [...], não se insere de modo imediato, no processo de produção de produtos e de valor, isto é, no processo de valorização do capital. A profissão se institucionaliza dentro da divisão capitalista do trabalho, como partícipe da implementação de políticas sociais específicas levadas a efeito por organismos públicos e privados, inscritos no esforço de legitimação do poder de grupos e frações das classes dominantes que controlam ou tem acesso ao aparato estatal[...].

No que concerne à construção dos currículos mínimos para a formação do assistente social, Aquino (2008) observa que conforme o Serviço Social se desenvolvia como profissão, os currículos trazem traços do processo sócio-histórico da profissão. Desse modo, em 1930 o currículo foi constituído de forma fragmentada, centrado no disciplinamento da força de trabalho a partir dos valores éticos cristãos. Já em 1945, sob a influência das técnicas norte-americanas volta-se para a “instrumentalização técnica e valorização do método”, assim a perspectiva metodológica ganha centralidade na formação acadêmica.

Em 1952, destaca-se a construção pela ABESS do currículo para a formação profissional, que contempla a tendência iniciada em 1945 e

³ Para uma maior aprofundamento ler Marx; Engels em a Ideologia Alemã.

aprofunda o debate em torno das práticas de “caso”, “grupo” e “comunidade” e a introdução de disciplinas de pesquisa, administração e campos de ação, porém o foco centrou-se em uma formação com ênfase teórico-metodológica, tendo como suporte teórico a matriz positivista, uma vez que permitia atender as exigências postas para a profissão pela perspectiva desenvolvimentista, nesse contexto, de “integração do indivíduo ao meio”.

Entre os anos de 1960 e 1970, a proposta curricular foi tensionada pelo debate suscitado com o movimento de reconceituação latino-americano, marcado por perspectivas ideológicas distintas para a profissão, de um lado os que defendiam a permanência das bases conservadoras, e do outro lado aqueles que colocavam em xeque a sociabilidade burguesa, colocava na ordem do dia a defesa dos interesses populares, e a necessidade de uma revisão crítica das matrizes teórico-metodológicas que embasavam o Serviço Social. De acordo, com Silva e Silva (1995), em 1975 a ABESS começa a desenvolver uma ampla discussão em torno da “nova” revisão curricular.

A XXI Convenção Nacional da ABESS, em 1979 foi um marco significativo no que concerne a formação profissional, pois ocorreu a aprovação de um novo currículo para o Serviço Social, que passa a ser regulamentado pelo Conselho Federal de Educação através do Parecer 412/82. Significou, portanto, a afirmação da teoria social de Marx, como matriz teórico-metodológica para a formação em Serviço Social, conforme destaca as afirmações de Carvalho (1984, p. 110):

A aprovação desta nova proposta de currículo mínimo impõe a exigência de revisão curricular a todas as Unidades de Ensino de Serviço Social no país, devendo antes de tudo, constituir-se a expressão de um amplo processo de avaliação e redefinição da formação profissional, desenvolvido com a participação efetiva de professores, alunos, supervisores e profissionais. É fundamental que todos esses segmentos significativos que, nas suas diferentes formas de inserção, estão configurando o Serviço Social no contexto da realidade brasileira participem, de fato, do processo de revisão curricular, contribuindo, de forma específica, na definição do currículo pleno para que as propostas atendam às exigências específicas de cada realidade regional e às exigências fundamentais do atual momento histórico.

A proposta curricular de 1982 visou romper com a metodologia tradicional, que marcava a formação profissional desde seus primórdios, como também visou introduzir o conhecimento da realidade a partir do estudo dos pensadores clássicos. Entretanto, novas e velhas questões se colocavam quanto à dimensão teórico-metodológica da formação. Conforme afirma Santos (2006, p. 56),

[...] o currículo implementado a partir de 1982 prioriza o ensino da teoria em detrimento do ensino da prática. A dimensão técnico-operativa é considerada como imanente ao posicionamento teórico e ético-político; os instrumentais da ação prescindem de espaço específico no currículo. A academia passa a considerar que se deter no ensino do “como operacionalizar os instrumentos e técnicas” seria um retrocesso ao tecnicismo. [...]

Essas lacunas apresentadas no Currículo de 1982 associado também à conjuntura dos anos de 1990, momento de profundas “transformações societárias” engendradas com o fim dos anos “gloriosos” do capitalismo e, conseqüentemente, da falência do Estado intervencionista, onde se vivencia o agudizamento das condições de vida e de trabalho, ou seja, das expressões da “questão social”, passam a exigir uma formação profissional capaz de atender a essa desafiadora realidade. Portanto, tal cenário passa a evidenciar, no interior da profissão, a necessidade de construir novas alternativas profissionais, que fossem capazes de garantir uma legitimidade profissional, bem como um novo processo de revisão curricular, com o intuito de qualificar e subsidiar a prática profissional em tempos neoliberais.

Salienta-se ainda que, em meio a essa realidade, ainda se evidenciava a necessidade da reforma curricular pelo fato do currículo de 1982 apresentar lacunas no tocante a articulação entre os aspectos teóricos, metodológicos e éticos, que compunham a formação. Logo se percebe que:

[...] é possível afirmar-se que a preocupação com a capacitação teórico-metodológica, tendo em vista a renovação da prática profissional, não foi suficiente acompanhada do mesmo investimento na pesquisa sobre a questão social e suas manifestações particulares na realidade brasileira. (ABESS/CEDEPSS, 1996, P.150)

A reflexão sobre o processo de revisão curricular que culminou no currículo de 1996 exige uma ampla compreensão da historicidade do Serviço Social, da sua relação com as classes sociais e o Estado, uma vez que se parte da compreensão da profissão como um processo, logo ao se modificar as condições e relações sociais as quais se inscreve, passará por transformações.

2. DIRETRIZES CURRICULARES DE 1996: FUNDAMENTOS SÓCIO-HISTÓRICOS E DESAFIOS

Desse modo, conforme já apontamos, os anos de 1990 constitui um cenário de profundas transformações no processo de produção e de reprodução social, que incide sobre o perfil, demandas e respostas do Serviço Social em relação ao cenário contemporâneo, pois inaugura uma “nova” concepção e direcionamento para a formação profissional em Serviço Social, uma vez que se trata de um mecanismo de fortalecimento e concretização do projeto ético-político da profissão, pois reforça o direcionamento político desta e a defesa do projeto societário emancipatório. Afirma o marxismo, como perspectiva teórica, que permite análise crítica da realidade social e a sua superação, compreendendo que esta é delineada pela dicotômica relação capital x trabalho.

Dessa forma, concebe a dicotomia entre capital e trabalho, que inaugura a emergência da “questão social”, como consequência do acirramento e amadurecimento dessa contradição, um objeto de enfrentamento, que mais do que desvelar o Serviço Social pretende intervir.

A Diretrizes de 1996 inauguram uma percepção de perfil para a formação profissional a partir da compreensão de que ao profissional do Serviço Social compreende:

[...] aquele que atua nas expressões da questão social, formulando e implementando propostas de intervenção para o seu enfrentamento, com a capacidade de promover o exercício pleno da cidadania e a inserção criativa e propositiva dos usuários do Serviço Social no conjunto das relações sociais e no mercado de trabalho. (MEC/SESu,1999)

É relevante destacar, que a revisão curricular da década de 1990 apresenta como eixo central o aprofundamento da compreensão da “questão social”, entendida como objeto da prática profissional, bem como na necessidade de reestruturação dos Fundamentos Teóricos e Históricos da profissão. Tal revisão evidenciou, portanto, a necessidade posta pela ABESS em adequar a profissão frente às novas exigências postas, como também, promover um avanço da formação profissional considerando “a direção social, os eixos fundamentais, a perspectiva teórico-metodológica, a formação do mercado de trabalho e o tratamento dispensado à análise da realidade social brasileira” (ABESS/CEDEPSS, 1996, p. 145).

A concepção de formação profissional passa a ser norteada por quatro pressupostos presentes na revisão curricular que culminou nas diretrizes curriculares de 1996, quais sejam: 1) a percepção de que o Serviço Social é uma profissão que circunstancialmente emerge a partir das relações de produção e reprodução da vida social e trata-se de uma prática interventiva, que atua no âmbito da questão social; 2) reconhece a “questão social” como fundamento da sua prática profissional; 3) o agudizamento da “questão social” em tempos neoliberais e de “contrarreforma” do Estado brasileiro provoca a reconfiguração do mercado de trabalho dos assistentes sociais, sinalizando novas requisições; 4) reconhece que o processo de trabalho do assistente social é determinado pela forma como a “questão social” tem sido tratada pelo Estado e pelo capital, bem como a forma de enfrentamento e das lutas travadas pelos movimentos sociais e pelo Estado.

No tocante aos princípios e diretrizes que norteiam a formação profissional, conforme as Diretrizes Curriculares de 1996 são:

- Flexibilidade e dinamicidade dos currículos plenos expressa na organização de disciplinas e outros componentes curriculares, tais como: oficinas, seminários temáticos, estágio, atividades complementares;
- Rigorous trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social;

- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade;
- Estabelecimento das dimensões investigativa e interpretativa como princípios formativos e condição central da formação profissional, e da relação teoria e realidade;
- Presença da interdisciplinaridade no projeto de formação profissional;
- indissociabilidade das dimensões de ensino, pesquisa e extensão;
- Exercício do pluralismo como elemento próprio da vida acadêmica e profissional, impondo-se o necessário debate sobre as várias tendências teóricas que compõem a produção das ciências humanas e sociais;
- Compreensão da ética como princípio que permeia toda a formação profissional;
- Necessária indissociabilidade entre a supervisão acadêmica e profissional na atividade de estágio

Esses princípios, que são parâmetros para o processo de formação profissional em Serviço Social, encontram-se em consonância com o Projeto Ético-político do Serviço Social- PESS e os seus elementos constitutivos, como a Lei 8662/93 e o Código de Ética profissional de 1993). , o qual aponta a necessidade de uma formação que implique a capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa

Os princípios e diretrizes que compõem o currículo de 1996 remetem a uma “nova lógica curricular”, uma vez que parte da concepção de ensino e aprendizagem como processo vinculado à dinâmica da vida social. Logo, afirma-se o trabalho como categoria ontológica que funda o ser social, porém apontando a fetichização deste a partir do modo de produção capitalista, ao tornar-se mercadoria, bem como, é reconhecido que as transformações verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exige um novo dimensionamento na forma de pensar e agir dos assistentes sociais ao se depararem com novas demandas, as possibilidades postas e as respostas construídas coletivamente.

Um outro aspecto, que merece destaque quanto as Diretrizes Curriculares de 1996 é a preocupação com o ensino-aprendizagem profissional, ou seja, com o estágio supervisionado em Serviço Social, conforme passaremos a discutir.

Na perspectiva de qualificar a formação profissional e romper, sobretudo, com “o ensino da prática”, como foi concebido por décadas, no

processo de formação dos assistentes Sociais, as Diretrizes curriculares de 1996 passam a definir o estágio supervisionado em Serviço Social como,

[...] uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço sócio institucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, através da reflexão, acompanhamento e sistematização com base em Planos de Estágio elaborados em conjunto entre as unidades de ensino e unidade de campo de estágio tendo como referência a Lei de Regulamentação da profissão e o Código de Ética Profissional (ABESS/CEDEPSS, 1997, p. 71-grifos nossos).

Essa “redefinição” da concepção de estágio está para além da percepção deste como elemento indispensável à formação profissional, e requisito preponderante para a conclusão do curso de Serviço Social, uma vez que se coloca como processo pedagógico, ou seja, processo de ensino-aprendizagem, que exige acompanhamento, reflexão e sistematização para sua efetivação, condições éticas, estruturais e o compromisso dos sujeitos envolvidos na construção desse processo.

Como destaca Lewgoy (2009a), a concepção de formação profissional contida nas diretrizes ultrapassa uma visão mecanicista e endógena de formação profissional. Dentro dessa percepção, o estágio é visto como um processo contínuo e transversal, uma vez que deve ser pensado continuamente durante todo o processo de formação profissional.

O estágio passa, portanto, a ser concebido como uma “atividade indispensável integradora” do currículo, sendo compreendido como atividade síntese. Dessa forma, deve ser respaldado pelos princípios que norteiam a formação profissional, além de dever perpassar e ser perpassado por todos os componentes curriculares.

A nova lógica curricular, apresentada nas diretrizes curriculares de 1996 visa à superação da fragmentação do processo de ensino e aprendizagem, pois ao afirmar a indissociabilidade entre supervisão acadêmica e profissional e a exigência da supervisão sistemática, supõe uma maior articulação/convivência entre alunos, professores e assistentes sociais. O que contribui para o esforço de articular as dimensões teórico-metodológicas, ético-

políticas e técnico-operativas que compõem a formação profissional. Esse movimento, ao articular o conhecimento e a problematização da realidade, nos campos de estágio, exige o planejamento das atividades de forma que os sujeitos envolvidos no processo de estágio (estagiário, supervisor de campo e supervisor acadêmico) compreendam o cotidiano em que estão inseridos visando a superação da imediatividade.

Um dos grandes desafios a implementação das diretrizes curriculares e seus pressupostos, desde o seu surgimento até os dias atuais, refere-se à adesão das diretrizes no que concerne a organização das grades curriculares, ou seja, do Projeto Político Pedagógico dos cursos pelas Unidades de Formação Acadêmicas – UFAS, de forma que haja a vinculação de atividades e disciplinas que contemplem a discussão sobre o processo de inserção dos discentes na prática interventiva.

Como instrumento político para superação dos entraves apresentados a ABEPSS delibera e aprova a Política Nacional de Estágio (PNE) (2009-2010), que passa a constituir um dos principais documentos legais de normatização do estágio, em conformidade com os demais já existente, a Resolução 533/2008 do CFESS, a Lei 8662/93 e o Código de Ética de 1993.

Dessa forma, percebe-se que a PNE reafirma a concepção crítica e pedagógica da formação profissional, assim como evidencia o direcionamento social da profissão, aportando, portanto estratégias político-pedagógicas para o enfrentamento das problemáticas vivenciadas durante o estágio tendo em vista não só a qualificação da formação, mas também do exercício profissional.

É reconhecida a importância político-pedagógica da PNE, porém percebe-se que do ponto de vista da supervisão acadêmica ainda representa um número muito significativo para cada supervisor acadêmico, uma vez que essa atividade é acumulada com uma carga horária já exaustiva e que pela lógica produtivista posta para a educação , nos dias atuais, o docente se vê compelido a voltar-se para o atendimento dessa exigência seja no espaço público ou privado. Acreditamos que no âmbito privado essa condição só tende a se agravar, pois como os docentes são horistas são remunerados de acordo com o número de turmas que lecionar, o que leva a uma sobrecarga de

trabalho para que seja garantida a sobrevivência, aspecto o qual reflete diretamente na qualidade da formação profissional.

Esse e outros entres foram discutidos por Ramos (2009) como síntese da pesquisa realizada pela ABEPSS (2006- 2007), que objetivou compreender as dificuldades apontadas por docentes e discentes em relação à operacionalização do estágio curricular. Merece destaque: 1. Dificuldade no processo de articulação entre pesquisa e intervenção no estágio; 2. ausência de acompanhamento sistemático nos campos de estágio pelos supervisores acadêmicos; 3. frágil articulação entre as UFAS e os campos de estágio; 4. grande resistência de profissionais para o exercício de supervisão de campo ; 5. inexistência de uma política de educação permanente oferecida aos profissionais; 6. escolha do campo do estágio vinculada ao mercado de trabalho; 7. reprodução de valores individualistas e moralistas que incidem no cotidiano do estágio; 8. não acompanhamento do estágio curricular não obrigatório.

Logo, conforme afirma Lewgoy (2009) o estágio é tido como o “nó górdio” do processo de formação profissional, pois como é percebido é no processo de estágio que desagua todas as fragilidades do processo ensino-aprendizagem, tendo em vista se perceber que o aligeiramento do processo de formação profissional proposto pelo MEC fragiliza/fragmenta/precariza a formação. Por outro lado, confirmam-se as análises de Netto (1995) ao afirmar a tendência ao empobrecimento teórico de discentes e docentes e as de Guerra (2010) ao perceber o caráter utilitarista associado a formação profissional e do praticismo associado ao estágio, como meramente “o fazer”. Por fim, ainda há aqueles que afirmam que teoria e prática não tem nenhuma relação, uma vez que conforme (RAMOS, 2009) utilizam de denominações para tratá-la, como: ligação, junção, inter-relação, articulação. Não percebendo, que a relação teoria prática apresenta de acordo com Santos (2006) “uma unidade na diferença”.

Diante dos impasses encontrados durante o processo de desenvolvimento do Estágio Supervisionado, a PNE aponta algumas estratégias político-pedagógicas para o enfrentamento dessas dificuldades,

como: a criação do fórum de supervisores de estágio, com articulação entre o CRESS e a ABEPSS, com objetivo de tornar-se o espaço privilegiado da formação profissional para troca de experiências, saberes e articulação; Outro aspecto remete a necessária articulação entre estágio, pesquisa e extensão, uma vez que é percebida a necessidade dessa indissociabilidade para a garantia de uma formação qualificada. Quanto, a extensão essa passa a ser vista também como espaço para o exercício do estágio supervisionado.

Portanto, a ABEPSS vem construindo outras estratégias político-pedagógicas para o enfrentamento das problemáticas de estágio que se encontram para além do que foi posto na PNE, entre estas destaca-se: 1. A intensificação da articulação entre as entidades representativas da profissão (ABEPSS, ENESSO, CFESS/CRESS), as UFAs e os campos de estágio; 2. A indicação da necessária criação dos núcleos de pesquisa e extensão universitária que versem sobre o estágio; 3. Intensificação da fiscalização do CRESS; 4. Desenvolvimento de capacitação continuada por meio de projetos de extensão; 5. Criação do Projeto ABEPSS Itinerante; 6. Forte debate e publicização da PNE.

Ressaltamos que para que ocorra uma análise apurada das dificuldades vivenciadas no estágio, bem como a busca de formas para a superação das mesmas, deve ser buscada no movimento concreto da realidade social, que remete na apreensão das determinações do capital para o ensino superior brasileiro, sobretudo para os cursos de Serviço Social.

De acordo com Silva (2010) os desafios colocados para o Serviço Social são significativos o que requisitará da profissão uma grande envergadura teórica e política.

Destarte, evidencia-se que mesmo diante dos desafios postos e da realidade adversa, o Serviço Social historicamente tem conseguido, a partir da organização política da categoria, manter-se “atento e forte”. O direcionamento ético-político da profissão pautado em valores emancipatórios e com um direcionamento crítico é parte da conquista histórica da profissão ao se posicionar contra o projeto burguês para a sociedade. Do ponto de vista da formação profissional é imprescindível que esta esteja em consonância com as

Diretrizes Curriculares, de 1996, uma vez que essa prima pela qualidade da formação profissional e a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão enquanto pilares básicos para a construção do conhecimento, além da construção das competências técnico-operativas, ético-políticas, teórico-metodológicas. Isso nos mostra que a profissão encontra-se no caminho certo, que é o da resistência ao projeto de sociedade e de universidade imposto pelo capital.

2.1 Estágio Supervisionado no IFCE: desafios e avanços

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foi criado em 29 de dezembro de 2008 a partir da Lei. n.º 11.892 mediante a integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (Cefets/CE) com as Escolas Agrotécnicas Federais de Crato (EAFIC) e de Iguatu (EAFI), vinculado ao Ministério da Educação, é uma autarquia de natureza jurídica, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Desse modo, a “antiga” Escola Agrotécnica Federal passa conforme a legislação a ser uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Assume, portanto uma estrutura semelhante as universidades federais para efeito de: fomento à pesquisa, ações de extensão, a partir do apoio dos programas ministeriais; incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior. É relevante destacar, que os Institutos Federais possuem autonomia para gerenciar orçamento de custeio, criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para certificar competências profissionais, alterar grade de oferta e registrar diplomas, mediante autorização do seu Conselho Superior (CONSUP), órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo. Essa instituição de ensino oferta cursos regulares de formação técnica e tecnológica, nas modalidades presenciais e a distância. São oferecidos cursos superiores

(tecnológicos, licenciaturas, bacharelados), além de cursos de pós-graduação (especialização e mestrado).

O IFCE campus Iguatu foi criado originalmente pela Portaria n.º 25 .523 de março de 1955, baseado no Decreto Lei n.º 9.613, de 20 de agosto de 1955, com a denominação de Colégio de Economia Doméstica Rural Elza Barreto. A autorização de funcionamento foi publicada em 09 de agosto de 1955, com o objetivo de formar professores para o magistério do Curso de Extensão em Economia Doméstica. A partir do Decreto n.º 52.666, de 11 de outubro de 1963, o estabelecimento passou a ministrar o Curso Técnico em Economia Doméstica em nível de 2º Grau.

Atualmente o campus oferece os Cursos Técnicos em Agropecuária, Agroindústria, Nutrição e Dietética nas modalidades de integrado ao Ensino Médio; Cursos Subsequentes em Agroindústria, Agropecuária, Zootecnia, Informática, Comércio e Nutrição e Dietética, destinados a estudantes que já terminaram o ensino médio. Quanto aos cursos de graduação é ofertado: Tecnologia em Irrigação e Drenagem (TID); Licenciatura em Química; Bacharelado em Serviço Social e Licenciatura em Geografia. Também na pós-graduação são relacionados: Especialização em Educação Profissional e Tecnológica e ainda, promove atividades de pesquisa e extensão nos diversos cursos e modalidades de ensino.

O curso de Serviço Social no IFCE- Campus Iguatu emerge no ano de 2010, sendo o segundo Unidade de Formação Acadêmica- UFA pública do Estado do Ceará a ofertar a graduação em Serviço Social. O curso tem duas estradas anuais e oferta 35 vagas em cada entrada. Uma breve análise sobre o perfil sócio econômico dos (as) estudantes do curso revela que 90% destes (as) são “alunos trabalhadores”, em sua maioria mulheres, pobres e que residem no município de Iguatu ou nas cidades circunvizinhas, como: Cedro, Acopiara, Quixelô, Jucás, Cariús, Várzea Alegre.

Vale destacar, que a implantação do IFCE ocorreu no processo de expansão e interiorização do ensino superior, promovidos no governo do PT. Esse processo, inscrito na fase que se denomina de neodesenvolvimentista, compõe uma das estratégias com enfoque na superação da pobreza.

Neste estudo, designamos de “neodesenvolvimentismo”, ou de ideologia do novo desenvolvimentismo, o conjunto de estratégias e ações elaboradas e desenvolvidas nos governos do PT, que visavam à junção do crescimento econômico com a justiça social. Como afirma Castelo (2012), articulou uma nova ofensiva ideológica e política à periferia do capitalismo, dependente ao se apresentar como uma terceira via, tanto ao projeto (neo)liberal quanto ao do socialismo. Apesar de conceber o papel atuante e ativo do Estado nas falhas do mercado e nas desigualdades sociais, cria condições para recuperação das taxas de lucros, favorecendo o processo de acumulação capitalista.

As medidas neodesenvolvimentistas pressupõem um reordenamento da área social, nas formas de enfrentamento da “questão social” e a administração de conflitos de classes, processando uma reposição e controle da força de trabalho e a manutenção/ampliação de níveis de consumo, propiciando bases para o processo de acumulação e expansão capitalista.

Nessa direção, combinou políticas sociais que possibilitaram a ampliação do mercado interno, aumento do consumo das famílias e dos investimentos estatais em infraestrutura. Tal movimento favoreceu o discurso da possibilidade da justiça social, e do crescimento com redução das desigualdades sociais.

No que diz respeito ao estágio supervisionado este encontra-se ancorado na Política de Estágio do IFCE, que encontra-se em conformidade Diretrizes Curriculares, com a PNE da ABEPSS, com a Resolução 533 do CFESS, sendo ofertado em dois semestres, mas especificamente no 6º e 7º semestres, com uma carga-horária de 225 horas, cada um.

O estágio supervisionado no IFCE, assim como, em outras Unidades Formação Acadêmica- UFA apresentam inúmeros desafios, vale destacar: a condição dos nossos (as) alunos (as) que em sua grande maioria são trabalhadores (as), não dispendo de horários para conciliar, trabalho, estágio e demais disciplinas. É relevante destacar, que na região só dispomos de dois campos de estágios noturnos, que são realizados no Departamento de Assistência Estudantil do IFCE e no Hospital Regional de Iguatu, mas que não atende a necessidade dos (as) estudantes, que se vê obrigado, em alguns

contextos, adiar a matrícula na disciplina de estágio. Vale destacar, que na região ainda contamos com uma UFA presencial em Icó (cidade muito próxima do Iguatu), bem como diversos polos de UFA na modalidade a distância, o que tem acarretando uma disputa por vagas de estágio. Gostaríamos de evidenciar, ainda, a rotatividade dos profissionais, o acúmulo de cargos, vínculo empregatício precarizado e o visível adoecimento por parte dos Assistentes Sociais Supervisores de campo.

Compreende-se, que o Serviço Social é uma profissão que deve ser entendida no quadro das relações sociais entre as classes sociais e estas com o Estado. Isso permite apreender que a profissão se transforma ao transformarem-se as condições e as relações sociais nas quais ela se inscreve, ou seja, as transformações societárias, as reconfigurações do Estado, decorrente do padrão de acumulação capitalista, que incidem nas políticas sociais e nas relações e condições de trabalho, conseqüentemente, promovem repercussões no Serviço Social, seja no processo de formação ou no exercício profissional e, conseqüentemente no estágio supervisionado.

Diante do contexto apresentado o corpo docente do curso de Serviço Social do IFCE tem buscado resistir e construir algumas estratégias, como: a realização de um Curso de Capacitação para Supervisores de Campo em Serviço Social, com 120hs, na modalidade de projeto de extensão, que ocorreu entre os meses de abril e novembro de 2005 e teve a participação de 40 Assistentes Sociais. O curso foi dividido em 3 módulos, no primeiro discutiu-se dimensão ético-política; no segundo a dimensão técnico-operativa da profissão: instrumentos e técnicas de intervenção profissional e no último a supervisão de estágio. A experiência foi bastante exitosa, pois permitiu uma maior aproximação da UFA com os profissionais da região possibilitando compreender melhor o mercado profissional na região, demandas, desafios e respostas profissionais, assim como pensar coletivamente o exercício profissional e por fim contribuir com a formação profissional continuada dos supervisores, que trouxe uma contribuição significativa para o processo de supervisão dos (as) nossos (as) estudantes. A visibilidade avaliação positiva desse curso permitiu, que junto a direção do IFCE – Iguatu fosse pleiteado a

possibilidade de abertura de um curso de especialização público para 2019, que encontra-se em construção.

Outra estratégia tem sido a realização dos Fóruns Locais e Regionais de estágio, como uma possibilidade de reunir supervisores de campo, acadêmicos, alunos (as) e entidades representativas para discutir e construir a política local de estágio e pensar coletivamente em formas de superar os entraves apresentados e qualificar permanentemente o processo de formação e exercício profissional.

É ressaltar, que os entraves aqui apresentados não tem desqualificado o estágio supervisionado, em serviço social no IFCE, uma vez que o corpo docente , em conjunto com as entidades representativas tem pensado e construído estratégias em busca de garantir uma formação profissional pública e de qualidade.

CONCLUSÃO

Em relação ao aumento exponencial dos cursos de Serviço Social, tanto na modalidade presencial como EAD, as entidades representativas da categoria, CFESS, ENESSO e ABEPSS, têm se posicionado enfaticamente em relação à condução da reforma universitária e a precária educação prestada aos discentes e, conseqüentemente, a fragmentação do conhecimento. Conforme Guerra (2010), algumas iniciativas merecem destaque como o investimento nos mestrados multiprofissionais no âmbito da saúde, assim como o intercâmbios e convênios entre programas e núcleos/grupos de pesquisa realizados por meio do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), bem como o investimento na defesa das condições éticas e técnicas para a supervisão do estágio em Serviço Social e a significância política da PNE e da Resolução 533/2008. De acordo com Silva (2010) os desafios colocados para o Serviço Social são significativos o que requisitará da profissão uma grande envergadura teórica e política. Destarte, evidencia-se que mesmo diante dos desafios postos e da realidade adversa, o Serviço

Social historicamente tem conseguido, a partir da organização política da categoria, manter-se “atento e forte”.

O direcionamento ético-político da profissão pautado em valores emancipatórios e com um direcionamento crítico é parte da conquista histórica da profissão ao se posicionar contra o projeto burguês para a sociedade.

Do ponto de vista da formação profissional é imprescindível que esta esteja em consonância com as Diretrizes Curriculares, de 1996, uma vez que essa prima pela qualidade da formação profissional e a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão enquanto pilares básicos para a construção do conhecimento, além da construção das competências técnico-operativas, ético-políticas, teórico-metodológicas. Isso nos mostra que a profissão encontra-se no caminho certo, que é o da resistência ao projeto de sociedade e de universidade imposto pelo capital.

Destarte, a lógica do processo de formação profissional nos IF's centradas em uma dimensão de formação profissional tecnicista, pela própria estrutura e regulamentos, que diferencia o IF dos centros universitários, tem nos colocados inúmeros desafios e a necessidade de travarmos lutas diárias para impor um processo de formação profissional em consonância com todos os princípios que regem a formação e o exercício profissional do (a) Assistente . Inclusive é um desafio constante pontuar e defender as especificidades, que evoluem o estágio supervisionado em Serviço Social.

REFERÊNCIAS

ABESS/CEDEPSS. Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 143-190, abr. 1996.

_____. Diretrizes Curriculares do Curso de Serviço Social: sobre o processo de implementação. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 7, n. 14, jun./dez. 2007.

_____. **Política Nacional de Estágio**. Brasília (DF), 2010.

AQUINO, Gláucia Heloisa M. B. de. **De volta ao começo**: a dimensão ético-política na formação profissional das assistentes sociais. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social)- Faculdade de História, Direito e Serviço Social-UNESP, Franca, 2008.

CFESS. **Resolução 533. Regulamenta a Supervisão Direta de Estágio em Serviço Social.** Brasília, 29 de setembro de 2008. Brasília (DF), 2008.

CASTELO, Rodrigo. **O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro.** *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 612-636, 2012.

CHAUI, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro. n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

GUERRA, Yolanda. A formação profissional frente aos desafios da intervenção e das atuais configurações do ensino público, privado e à distância. *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo: Cortez. n. 104, p. 715-736, out./dez. 2010.
IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil:** esboço de uma interpretação histórico-metodológica. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LEWGOY, A. M. B. **Supervisão de estágio em Serviço Social:** desafios para a formação e o exercício profissional. São Paulo: Cortez, 2009.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. As Diretrizes Curriculares e a Política Nacional de Estágio: fundamentos, polêmicas e desafios. *Temporalis*, Brasília (DF), ano. 9, n. 17, p. 21 a 36, jan.2009.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **A formação profissional do assistente social:** inserção na realidade social e na dinâmica da profissão. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995. 128 p.